

O SIGNIFICADO DA AÇÃO POLÍTICA FEMININA NOS ANOS 90: UMA ANÁLISE DO "GRUPO DE MÃES DO ALTO DA FAVELA"¹

Márcia Thereza Couto²

Situando a Problemática

O que se passa com milhares de mulheres (donas-de-casa, mães, esposas) das periferias dos grandes centros? Como as categorias analíticas *gênero* e *classe social* articulam-se na conformação do engajamento político destas mulheres? Qual a trajetória e o significado da experiência de formar um grupo social, participar de movimentos sociais e chegar a descortinar alguns redimensionamentos dos espaços de poder cotidianamente vivenciados, seja no espaço do público e/ou privado? Em que medida suas atividades políticas impulsionam a constituição de uma identidade coletiva? E, afinal de contas, como este estabelecimento de uma identidade coletiva implica utilizar e reordenar os conceitos de público e privado, de pessoal e coletivo?

Tais questionamentos tiveram origem a partir de um duplo reconhecimento. Primeiro, a necessidade de tentar compreender/ interpretar os movimentos populares e seus aspectos ambíguos

¹ Este trabalho é parte da dissertação intitulada "*Eu nem me reconheço daquela que eu era - (Re)Definindo Espaços: Mulheres, Ação Política e Relações de Gênero*", defendida em março de 1996 como requisito para a obtenção do grau de mestre pelo Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

² Professora Substituta do Depto. de Ciências Sociais e Doutoranda em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

e multifacetários³. Segundo, a importância de compreender as ações dos *sujeitos* envolvidos/engajados nos movimentos populares urbanos e o significado que atribuem à participação não só através da referência à sua identidade de classe, mas – e principalmente – à sua identidade de gênero; isto como forma de chegar a uma compreensão ampliada dos desdobramentos que a participação política acarreta em várias instâncias da vida dos *sujeitos*.

É, pois, neste contexto que está inserido este trabalho. Este conjunto de preocupações conduziu meu olhar para a realidade local (Grande Recife) da ação política das mulheres de camada popular e sua participação em movimentos populares urbanos. Associando o reconhecimento da expressividade numérica e em termos de lideranças das mulheres nos movimentos populares urbanos⁴ às atuações específicas em numerosas comunidades da periferia da cidade através dos clubes/grupos de mães, optei pela tentativa de revelar a realidade (de gênero) em que se insere um característico grupo de mães do Recife⁵: o *Grupo de Mães do Alto da Favela*, situado no Vasco da Gama, bairro periférico da Zona Norte⁶.

³ No bojo das transformações que a sociedade brasileira vem atravessando durante as duas últimas décadas, observa-se a emergência de novos *sujeitos* em diferentes formas de participação através dos movimentos sociais. As ações políticas destes sujeitos articulam-se menos com os grandes projetos de transformação social e mais com interesses específicos, com o bem-estar individual e com situações concretas e presentes, caracterizando-se, para alguns, como micro-política (Cardoso, 1987; Gouveia, 1993; Scherer-Warren, 1993).

⁴ Dados da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social - ETAPAS, mostram que a participação das mulheres nos Movimentos de Bairros é numericamente maior que a dos homens. "Em 75% das entidades, a participação destas é de mais de 50%" (Silva, Amorim e Montenegro, 1988, p. 29).

⁵ A literatura pesquisada demonstra que são escassos os autores que se preocupam em estudar uma questão particular, que seria a de tentar entender a visão da participação política na perspectiva dos seus sujeitos. E, ainda mais raros, os estudos específicos sobre grupos ou clubes de mães. Embora as ações sociais e políticas dos grupos e clubes de mães possuam real potencial de transformação, estes, no geral, não têm despertado o interesse de cientistas sociais. Um dos fatores de maior peso, acredito, fundamenta-se no fato de que as donas-de-casa não possuem *status* próprio. Os grupos e clubes de mães se contam aos milhares em todo o Brasil. Emergentes sobretudo no final da década de 70 e início dos anos 80, eles agrupam mulheres donas-de-casa da periferia das grandes cidades (Viezer, 1989).

⁶ A pesquisa de campo foi realizada entre novembro de 1993 e dezembro de 1994. Foi realizado trabalho de campo antropológico com base na observação direta e em entrevistas semi-estruturadas.

O desejo foi o de trazer à cena a vida cotidiana de algumas mulheres do Alto da Favela: seus desesperos, suas angústias, suas incertezas, e também seus desejos, seus projetos, suas esperanças; revelar a luta pela construção de um trabalho coletivo, que consubstancia-se no Grupo de Mães. Chegando aí, caracterizar sua dinâmica e organização; demonstrar o tipo de relações que elas estabelecem – através do Grupo de Mães – com as instâncias institucionalizadas do poder e com outros movimentos populares urbanos. E, mais que isso, chegar a poder conhecer algo do que se passa no íntimo das mulheres que dele participam, entender o significado da trajetória e da experiência do engajamento; sobretudo, descortinar alguns dos redimensionamentos dos espaços de poder que a participação acarreta em seu cotidiano nas esferas pública e privada.

O Paradigma dos Movimentos Sociais e o (Não) Dito sobre a Participação Feminina

Nas duas últimas décadas, o (re)surgimento dos movimentos populares urbanos seduziu uma soma considerável de cientistas sociais que passaram a se preocupar com a temática das ações políticas coletivas, a organização da sociedade civil e a dinamização do social. A partir da observação de que o pluralismo dos movimentos constituía o *mot* central das novas mobilizações – devido à possibilidade de existência, na sociedade contemporânea, de uma pluralidade de referentes⁷ por onde as identidades dos indivíduos poderiam se constituir – buscou-se compreender a potencial fonte de transformação destes movimentos a partir de várias matrizes paradigmáticas.

Um das mais significativas, acredito, é aquela que centra o enfoque nos múltiplos sujeitos e nos significados que estes atribuem às suas ações políticas. É sobretudo no âmbito de alguns trabalhos baseados neste enfoque que surgem abordagens sobre a identidade de gênero dos sujeitos envolvidos nos movimentos populares urbanos. Assim, assinala-se a presença não só numérica, mas também em termos de liderança, de mulheres em seu interior. E despontam estudos acerca da vivência política, do significado atribuído à participação, e do papel que estas mulheres desempenham em diferentes

⁷ A multiplicidade dos referentes que influencia o engajamento político engloba desde saúde, lazer e habitação, passando por religião e política, até gênero e raça, entre outros.

movimentos. (Pinto, 1992; Britto da Motta, 1991; Brito, 1995; Couto, 1996; Castro, 1992; Sader, 1988).

Entretanto, torna-se premente observar que, repetindo a trajetória usual nas Ciências Sociais, o processo de desvelamento da atuação feminina nos movimentos populares urbanos teve início tardiamente. Só consubstanciou-se a partir de meados da década de oitenta, através das próprias mulheres da academia. As primeiras visões da participação feminina, apesar de revelar "insights" interessantes, custaram a ser incorporadas na produção "geral/oficial" acerca dos movimentos sociais, no geral, e dos populares urbanos, em particular (Couto, 1996).

Durante a década de 80, quase não se tem abordagens da participação feminina nos movimentos populares na perspectiva dos sujeitos neles envolvidos (estes detentores de identidade própria). Existem exceções, claro. O trabalho de Blay (1980) analisa particularmente as lutas de caráter feminino, mas não necessariamente da camada popular, entre os anos de 1975 e 1980, tais como luta pela anistia, custo de vida e creches. Caldeira (1987) aborda com sensibilidade o contexto cultural da ação política das mulheres, seus valores e suas concepções. Viezzer (1989) realizou estudo acerca da participação feminina em Clubes de Mães em São Paulo, onde abordou a militância feminina como contribuição para o processo de libertação da mulher. Contudo, a qualificação de *gênero* na década de oitenta tem ficado restrita, em sua maioria, aos trabalhos de orientação feminista.

Nos anos 90, a produção acadêmica sobre a ação política das mulheres e sua participação em movimentos populares urbanos e movimentos reivindicatórios continua incipiente, mas vai ganhando força e visibilidade a partir da utilização crescente da categoria analítica *gênero*⁸. Observa-se, portanto, que tal utilização provoca uma refiguração paradigmática e proporciona uma nova e abrangente compreensão da realidade criada pelas relações de gênero presente

⁸ A importância da utilização da categoria analítica *gênero* ao longo do trabalho remete necessariamente a um entendimento de que as identidades dos *sujeitos* que participam de movimentos populares e as relações aí envolvidas são complexas e exigem uma sofisticação em sua análise. Vale dizer que decorrente da constituição de um campo simbólico em que diferenças do domínio feminino e masculino são construídas e representadas de modo desigual, flexível, dinâmico e contraditório.

nos movimentos. Entretanto, ao mesmo tempo em que se observa o aumento de estudos rotulados sobre gênero, questiona-se até que ponto a utilização massificante da categoria implica a caminhada rumo a um novo patamar teórico de elaboração.

Articular a presente proposta interpretativa do significado da participação política feminina ao referencial teórico-metodológico que privilegia *gênero* significa contemplar em profundidade os pressupostos teóricos metodológicos que a categoria carrega⁹. Entre elas destaco a adoção do significado *relacional* contido no cerne da categoria e, por outro lado, a vinculação fundamental entre *relações de gênero e poder*. Isto porque, segundo Scott, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1991: 164).

Neste sentido, o recurso escolhido, portanto, foi a noção de *poder* tal como trabalhada por Foucault (1993), o qual concebe o poder, entre outras coisas, como relacional, disperso, não necessariamente exercido de cima para baixo e nem unicamente repressivo e violento. A idéia defendida pelo autor é a de que o *poder* não é um objeto, uma realidade que possua natureza e, portanto, não é algo que se detém como uma coisa ou como uma propriedade e sim algo que se exerce, que se efetua. Em outras palavras, trata-se de uma prática social e, assim sendo, é construída historicamente¹⁰.

No caso aqui específico, trata-se de tomar como ponto fundante a noção de *política* e uma referência às instituições sociais na

⁹ A proposta exposta ao longo do trabalho — claramente compreensiva/interpretativa - consolida-se, em termos gerais, na busca de uma adequação entre três paradigmas, a saber: aspectos da epistemologia feminista, por oferecerem subsídios para a constituição de uma nova e diferenciada forma de compreensão da realidade plural e ambígua dos movimentos populares que tornem as mulheres visíveis; a antropologia interpretativa de Clifford Geertz, por seguir de perto uma orientação de cunho hermenêutico e por pretender constituir-se — no campo antropológico — enquanto abordagem que enfoca as dimensões intersubjetivas que moldam as experiências vividas em diferentes ambientes sociais; e aspectos da hermenêutica de Paul Ricoeur, especialmente no que se refere à ampliação do alcance teórico da abordagem interpretativa desenvolvida por Clifford Geertz.

¹⁰ Esta noção de *poder* foi fundamental para a análise de caráter desconstrutivista das relações de poder experimentadas pelas fundadoras do Grupo de Mães do Alto da Favela, sobretudo no que diz respeito aos seus redimensionamentos nas instâncias pública e privada.

construção das identidades de gênero expressas no masculino e no feminino. Com isto, entra-se a fundo na compreensão dos *sujeitos políticos* envolvidos no projeto reivindicatório de caráter coletivo. Em outras palavras, é necessário compreender que se trata de mulheres que escolheram como arena também o domínio público, onde, nas palavras de Castro, "*o self entremeia-se a um coletivo através de suas práticas*" (1992: 57). Toma-se claro, portanto, que esta proposta deriva do reconhecimento do estatuto de construção histórica – portanto transformável – na conformação dos gêneros e, assim, descartam-se as formas categóricas e estáticas de classificar espaços e papéis específicos para o masculino e o feminino. Por meio destes pressupostos, é possível "desconstruir" a noção de fixidade das categorias sociais e relacionar a construção das identidades dos sujeitos não a esferas separadas, mas a toda gama de esferas nas quais os sujeitos circulam e na e pela representação do confronto das diferenças existentes entre os gêneros.

"Pau que nasce torto (NÃO) morre torto" - Mulheres em Movimento: Buscando Cidadania

A busca do desvelamento do rico universo da participação feminina no Alto da Favela teve início a partir do perfil e auto-retrato das 12 fundadoras do Grupo de Mães local.

Por mais que traços e marcas específicas em cada uma delas construam rostos e vidas singulares, a história de vida das fundadoras do Grupo de Mães leva a um perfil básico que corrobora muitos outros perfis de mulheres populares urbanas¹¹.

A vida cotidiana destas mulheres no Alto da Favela é caracterizada pelas estreitas e antigas relações de vizinhança, as muitas obrigações domésticas e, muitas vezes, as reais necessidades de realização de trabalhos – informais ou não – como forma de complementar os poucos recursos familiares ou mesmo promover uma certa autonomia pessoal. As muitas incertezas sobre o amanhã, mas também pequenos sinais de esperança nos projetos que, de forma coletiva, constroem, perpassam o dia-a-dia destas mulheres.

¹¹ Dados significativos sobre a forma de vida de mulheres pobres urbanas no Recife e suas representações sobre gênero e classe podem ser observados em Quintas (1986).

Devido a todas as suas atribuições, o processo que as impulsiona ao engajamento e à continuidade no projeto de formação do Grupo de Mães guarda referência com as condições de tempo e mobilidade. Pautando a análise na noção de *ciclo vital* – individual e familiar – e levando em conta os dados sobre idade, situação conjugal e maternidade, percebo a existência de uma relação entre a etapa do *ciclo vital* e a participação feminina em movimentos populares. No caso específico da maioria das fundadoras, esta mínima disponibilidade de tempo e mobilidade acontece, em parte, devido a um ingresso rápido ou antecipado na vida familiar/afetiva, enquanto dona-de-casa, mãe e esposa. Como consequência, ainda jovens – numa faixa etária entre 30 e 45 –, porém já tendo se libertado de parte das obrigações da casa – especialmente do cuidado com filhos pequenos –, tais mulheres alcançam as pré-condições ao engajamento em projetos coletivos.

O processo de formação do Grupo de Mães do Alto da Favela repete uma trajetória usual das mulheres dos setores populares urbanos do Brasil e da América Latina. Suas fundadoras precisaram inicialmente de um apoio externo para organizarem o movimento popular de caráter tipicamente local, onde a casa e todas as questões que a envolvem são as referências básicas. No caso específico das mulheres do Alto da Favela, tratou-se de um programa da Prefeitura do Recife no período da gestão de Gustavo Krause, compreendido entre 1979 e 1982. Decorrente disto, as primeiras ações e projetos do Grupo de Mães demonstram um reforço e prolongamento dos papéis tradicionais de dona-de-casa, mãe e esposa, com quase nenhuma capacitação para um amplo envolvimento de caráter político frente às questões gerais da comunidade.

É verdade que um trajeto rumo à autonomia vai, paulatinamente, sendo realizado ao longo dos primeiros anos de existência do Grupo de Mães. À parte as transformações ocorridas no nível das propostas e implementações de projetos, cabe frisar que a estrutura interna do Grupo de Mães permanece praticamente imutável desde sua origem. De fato, o que existe é uma cristalização de poder nas mãos da presidente administrativa e da presidente do conselho fiscal. Fatores como disponibilidade de tempo, facilidade de expressão e conhecimentos e relações construídas nas instâncias institucionalizadas do poder contribuem para o estabelecimento deste quadro, que também se observa em inúmeras outras organizações populares urbanas.

Como consequência desta cristalização de poder nas figuras que desempenham os mais importantes cargos da diretoria do Grupo, é fácil perceber sentimentos e comportamentos ambíguos entre as suas líderes fundadoras, assim como a disputa velada pelo poder de representação. As disputas se fazem em tom de crítica ao atual desempenho da diretoria, a sua falta de comprometimento em angariar novas adesões – especialmente entre as mulheres mais jovens –, e sobretudo ao negligenciamento em promover mudanças reais em toda a diretoria.

Ao longo de todo o trabalho, foi possível compreender que o *desejo* que mobiliza esforços para a construção do *projeto* do Grupo de Mães tem como suporte duas referências básicas: a percepção da escassez de recursos em múltiplas áreas na comunidade e o reconhecimento de que a exclusão vivida tem, marcadamente, caráter social. Tais referências emergem, fundamentalmente, do "trânsito livre" estabelecido entre as instâncias pública e privada no cotidiano das mulheres populares urbanas. É, sobretudo, associando estes fatores que as fundadoras – enquanto donas-de-casa, mães e esposas – dão forma e conteúdo aos projetos de ação coletiva.

A partir do trabalho coletivo no Grupo de Mães, pautado na idéia de pertencimento, as fundadoras passam a estabelecer novas e diferentes relações, o que pressupõe aquisição de novos saberes, decorrentes não apenas das reflexões coletivas que o Grupo fomenta, mas também devido à possibilidade de abertura ao debate com outros tipos de organizações populares, governamentais e/ou não – governamentais. É o somatório destes complexos fatores que proporcionam as condições necessárias ao redimensionamento dos espaços de poder cotidianamente vivenciados por estas mulheres.

À medida que, pautados em conquistas concretas do Grupo de Mães, os redimensionamentos dos espaços de poder acontecem na vida destas mulheres, suas ações políticas e, também, seus comportamentos e atitudes pessoais sofrem sérias oposições por parte dos maridos/companheiros, familiares, amigos e pessoas da própria comunidade. De forma geral, tais oposições consubstanciam-se por meio de uma possível quebra ou dismantelamento das expectativas das atribuições de gênero diferenciadas segundo as instâncias pública e privada.

Situações e contextos diferenciados evocam múltiplos discursos e ações oposicionistas. Entre maridos/companheiros é recorrente o grito e a ameaça, o deboche e a piada e, até mesmo, a persuasão. Por, em parte, acreditarem que a crítica direta às mulheres não lhes cabe, familiares, amigos e vizinhos fazem uma oposição velada. Recorrem, portanto, a cochichos, intrigas e “aconselhamentos” aos maridos/companheiros; segundo eles, os maiores responsáveis pela manutenção e reprodução dos papéis tradicionais de gênero no âmbito familiar e, como consequência, das atitudes de suas esposas/companheiras na comunidade. Pessoas que não possuem relações diretas com as mulheres e seus maridos/companheiros – gente da comunidade – utilizam-se da piada e do deboche. No geral, os assuntos relacionados à participação política das mulheres são constantemente levados à arena pública, onde possíveis embates podem, de fato, ocorrer de acordo com o tom das ofensas e o humor dos sujeitos envolvidos.

Reflexões Finais

Seguindo a trama tecida por estes e outros “sinais compreensivos” que emergem do trabalho realizado com as 12 fundadoras/participantes do Grupo de Mães do Alto da Favela, me permito alçar “alguns vôos” – quem sabe interpretativos – por sobre o universo desta participação. Talvez no desejo de entrever uma possível importância em todo este trabalho. Com isto não pretendo chegar a “modelos explicativos” facilmente reconhecíveis. Antes, procuro ir em busca de alguns “fragmentos significativos” deste universo especial que se constitui pelas ações femininas nos movimentos populares urbanos. “Fragmentos” estes que estão bem próximo de todas nós, mas que muitas vezes os desconsideramos, cegas que estamos pela busca de territórios considerados como cientificamente legítimos.

Incluo, portanto, este “empreendimento” numa perspectiva que vem paulatinamente consolidando-se e por meio da tentativa de (re)reconhecimento da diversidade (Suaréz, 1991 e Castro, 1992). Neste sentido, estudos acerca das diferentes formas de representar a realidade, por diferentes *sujeitos* (sejam estes congregados em categorias analíticas tais como camada social, cor, religião, opção política, gênero, etnia etc.) têm tido considerável importância no âmbito das Ciências Sociais. Esta busca de interpretação e compreensão

do significar humano parece, em parte, decorrente de uma crise paulatina das utopias totalizadoras e dos modelos explicativos homogeneizantes há muito preconizados pela Ciência Social.

Reconhecer que cada sociedade confere atributos e papéis específicos para o masculino e feminino é repetir um fato reconhecido por gerações de cientistas sociais; assim como argumentar que tal divisão imposta pelo social cria representações e expectativas diferenciadas para os gêneros. Mas o que isto quer dizer num estudo que privilegiou o *gênero*? Ora, se mulheres e homens atuam de forma diferenciada, seja no âmbito religioso, político, econômico, e se tal atuação vem, conseqüentemente, gerar também diferenciadas expectativas, atitudes e valores, então – como sugeriu Rostagnol, (1993) – o gênero é parte de nossas armas para pensar, ordenar e entender o mundo.

Como se pôde observar, as bases que servem de impulso e de sustentação para a fundação e participação das 12 mulheres do Alto da Favela no Grupo de Mães – o nome já diz tudo – estão relacionadas a uma identidade referida à dona-de-casa, mãe e esposa e à percepção conjunta do caráter de exclusão social em que vivem. Se, num primeiro momento, tais fatores podem configurar a manutenção de padrões de comportamento ditados pela ideologia de gênero dominante em nossa sociedade (a que atribui à mulher os papéis tradicionais de dona-de-casa, mãe e esposa), a participação conjunta em torno de um *projeto* de transformação social pode vir a consubstanciar uma percepção crítica dos universos público e privado e, como conseqüência, o ressignificar das relações de gênero vivenciadas nestas instâncias.

Mas, então, de onde se deve partir se o objetivo é perceber na participação das 12 mulheres no Grupo de Mães algo mais que um simples prolongamento de suas atividades e preocupações com a casa e com a família? Minha percepção é a de que se deve considerar o menos preconceitosamente possível a "divisão" entre as instâncias público e privado e a vivência delas por parte das mulheres dos setores populares urbanos. A partir daí – e sempre tomando como referência o universo concreto recheado de valores e símbolos –, deve-se considerar que público e privado não constroem masculino e feminino, embora ambas as instâncias tenham influência maior ou menor na conformação das identidades de gênero. Assim,

nenhum gênero possui a exclusividade da experiência, dos símbolos e dos valores que freqüentemente são associados a estas instâncias.

Dito de um outro modo – e seguindo o conselho de Sorj (1992) –, se o pensamento trabalha em termos de oposições, a busca é a de não transformá-las em camisa de força, ou mesmo inverter uma hierarquia de valor. Ao contrário, a tentativa seria a de aprofundar a visão do quanto estas esferas/instâncias estão imbricadas na vida social, o feminino no masculino, o público no privado e assim sucessivamente.

Este processo de “desconstruir” os pares de categorias dicotômicas leva a um entendimento diferenciado sobre a singularidade da experiência feminina nos movimentos populares urbanos. Mas como? Simplesmente a partir da reflexão de que as mulheres, ao mesmo tempo em que são *sujeitos* que assimilam referências dos papéis sociais, possuem, entretanto, uma *subjetividade* que tem poder de exceder as “rígidas” ordens ditadas pela identidade de gênero. No caso das fundadoras do Grupo de Mães, o engajamento nas lutas dos movimentos populares urbanos – em todas as suas especificidades – deve-se muito menos à vivência do lar e da família e muito mais ao que chamei de “trânsito livre” entre as instâncias pública e privada. Como consequência, elas estabelecem uma percepção crítica e ampliada de suas vivências e dos problemas enfrentados pela família e pela coletividade, o que leva à construção de projetos de mudança, que são “a cara” delas.

Aos interessados em “explicar” ou “compreender” o que se passa no rico universo da ação política das mulheres populares urbanas, resta não só o desafio de respeitar as variações internas nas alteridades, mas considerar que cada grupo, à sua maneira, percorre um trajeto singular rumo à sua realização.

A partir daí torna-se importante ressaltar dois aspectos relacionados a este processo. O primeiro refere-se ao não-julgamento e, conseqüentemente, a uma não-absolvição ou culpabilização da participação política feminina que tem como ponto de partida o recurso e, algumas vezes, o reforço a categorias denotadoras de sua identidade de gênero, por exemplo, dona-de-casa, mãe, esposa. Em segundo lugar, trata-se de reconhecer a possibilidade da participação política em conjunto como fator de abertura de uma

dimensão até então desconhecida por muitas mulheres pobres urbanas: a da identificação da ideologia de gênero imposta pelo social e o conseqüente questionamento do seu papel frente a esta ideologia. Tal como aponta Pinto (1992), o que é importante reter da experiência particularizada das 12 fundadoras do Grupo de Mães do Alto da Favela, mulheres no âmbito do político/público, não é necessariamente a chegada destas mulheres ao feminismo. Este poderia até (para alguns) ser o "final feliz". Mas o que tem importância é a ruptura de um "eu", se não construído, mas influenciado e referendado por meio do privado, e a sua inserção, também, no espaço público.

Bibliografia Consultada

- BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. 26, p. 63-70, 1980.
- BRITO, Maria Noemi C.. Mulheres na política: como e porque. *Horizonte Antropológico - Gênero*, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 61-78, 1995
- BRITTO da MOTTA, Alda. Participação da mulher nos movimentos coletivos urbanos (notas de um projeto em elaboração). In: // *Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste*, 1991, Anais... Recife : UFPE; Brasília : CNPq; Rio de Janeiro : FINEP/ABA, 1991. p. 409-418.
- CALDEIRA, Teresa. Mujeres, cotidianeidad y política. In: JELIN, E. (Org.) *Ciudadania y identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. Ginebra: UNRISD, 1987, p. 75-128.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n.3, p. 27-37, fev. 1987.
- CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 57-73, 1992.

- COUTO, Márcia Thereza. *"Eu nem me reconheço daquela que eu era" - (Re)Definindo Espaços: Mulheres, Ação Política e Relações de Gênero*. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.
- GOUVEIA, Taciana M^a de V. *Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva*. Recife, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco.
- MANSUR, Terezinha. *Sujeitos afetivo-políticos e movimentos sociais: a prática do curso de inverno*. Recife, 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco.
- PINTO, Céli. Movimentos sociais: espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.
- QUINTAS, Fátima. *Sexo e Marginalidade - um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- ROSTAGNOL, Susana. Cultura masculina, cultura feminina: a importância de las diferencias. In: FONSECA, Cláudia (Org.) *Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993, p. 213-223.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência e lutas dos Trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

O significado da ação pol. fem. nos anos 90: uma análise do "grupo de mães do alto da favela"

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: *Gender and the politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991, p. 153-175.

SILVA, Neide; AMORIM, Márcia; MONTENEGRO, Antônio. *Movimentos de bairro; repetição invenção*. Recife: Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social - ETAPAS, 1988.

SILVA, Zélia Maria Pereira. *O Fio mágico das rendeiras: ação política das mulheres na redefinição das relações de gênero*. São Paulo, 1992. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica - PUC.

SORJ, Bila. O Feminismo como metáfora da natureza. *Estudos Feministas*, v. 0, n. 0, p. 143-150. 1992.

SUÁREZ, Mireya. *Desconstrução das categorias "mulher" e "negro"*. Caxambú/MG, 1991. mimeo [Comun. apres. ao XV Encontro Anual da ANPOCS, 1991, Caxambu, 1991].

VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.